

Política

MANDATO

Está aprovado: por 328 votos a favor, 222 contra e 3 abstenções, José Sarney ganhou o direito de continuar governando o País até 1990. Foi uma batalha dura no plenário — a última, segundo Sarney: só faltava isso para ele poder governar.

5 anos. Agora, vai?

Os próprios líderes do governo não deixam muita esperança: Sarney não vai mudar quase nada.



Sant'Anna: horas de sufoco.

Homem de palavras estudadas e expressão que poucas vezes deixa transparecer a emoção, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, ironicamente personificou as horas de tensão e cansaço vividos pela Assembleia Nacional Constituinte nos últimos dois dias. Da tranquilidade habitual, ele passou à exasperação na quarta-feira à tarde, cobrando dos assessores informações regulares sobre a chegada dos cinco ministros a Brasília, e só sorriu ontem, quando o deputado Ulysses Guimarães decidiu submeter ao plenário a fusão de emendas favorável ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.



Aecinho pelos 5 anos. Surpresa.

"Tancredo deve ter tremido no túmulo quando viu que seu neto, Aécio Neves (foto), PMDB-MG, votou pelos cinco anos de mandato para Sarney." A declaração é do líder do PDT, Brandão Monteiro, espantado com a lista de pelo menos 16 "traidores" que haviam se comprometido a votar pelos quatro anos de mandato e na última hora optaram pelos cinco anos. A lista do PMDB, entretanto, era um pouco maior, com mais de 20 nomes. A maior surpresa foi o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, que se absteve de votar.

A galeria joga vaias. E cédulas.

Aos gritos, vaias e cédulas de dez cruzados atiradas sobre os constituintes que votaram a favor dos cinco anos de mandato, um grupo de cerca de 60 pessoas formou um autêntico "corredor polonês" ao lado das salas do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, que foi abraçado e levado pelo grupo até a sua sala. Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) não teve a mesma sorte: os manifestantes lhe atiravam cédulas de dinheiro e ainda gritavam "vendido, o povo vai dar o troco nas eleições". A segurança tentou mas não conseguiu dispersar o grupo.

Aprovados os desejados cinco anos de mandato para Sarney, resta agora a dúvida: o presidente passará finalmente a governar e tentar tirar o País da crise? "Vai mudar muito pouco, quase nada", dizia ontem o líder governista na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). "Continuo sem entender por que e para que o Sarney brigou tanto pelos cinco anos", duvidava o senador José Richa (PMDB-PR). Pelas palavras de Sant'Anna, Sarney pode concentrar esforços em uma reforma administrativa, para a qual está sendo pressionado por ministros, assessores e políticos, com o objetivo de acomodar nos quadros federais os setores políticos que se mantiveram fiéis ao governo.

"O importante é consolidar a base governista no Congresso", afirmava Carlos Sant'Anna. "O Renato Archer (ministro da Previdência Social) vai começar a receber ordens superiores para demitir fulano, nomear sicrano, e só vai ter duas opções: ou se encaixa no novo estado de coisas e brigar com o PMDB ou sair do Ministério", exemplificava um outro ministro próximo a Sarney.

O mesmo ministro, no entanto, revelou que Sarney estava pensando em falar em rede de rádio e tevê, ainda hoje, para mostrar sua disposição de "tomar providências para melhorar o País e o governo". Nada garante, porém, que ele ultrapasse o limiar da reforma administrativa e tome decisões efetivas com o objetivo de minorar a crise.

Um assessor presidencial chegou a garantir que Sarney pretende, de início, "limpar a área", referindo-se a um levantamento do Planalto indicando que 80% dos 56 mil cargos federais estão hoje ocupados por pessoas ligadas a adversários do presidente, do PFL e do PMDB.

A reforma ministerial, por exemplo, não seria realizada já, asseguraram três ministros e vários políticos próximos a Sarney. Antes dela, segundo essas fontes e apesar da descrença do líder Carlos Sant'Anna, seriam tentadas mudanças nos rumos econômicos, administrativos e políticos. Os cargos, por exemplo, seriam utilizados para se tentar recuperar a maioria no Senado, onde há 38 opositores, 26 governistas e sete independentes.

Na análise de um ministro, "Sarney vai tratar muito bem o Ulysses Guimarães daqui para a frente", já que o presidente do PMDB é considerado um trunfo para a manutenção do apoio ao governo do que restar do partido, depois da formação do novo partido de centro-esquerda.

Até mesmo a formação de um outro partido de apoio a Sarney, de "centro-direita", já está sendo articulada, segundo um dos mais expressivos parlamentares do Centrão: "O governo vai contar com o PMDB de Ulysses, já, mas começando a articular um partido de centro-direita, capitalista e moderno, para o futuro. Um partido congressional, como o PDS e o PFL, mas redimensionado para os novos tempos com a militância da União Democrática Ruralista (UDR)". Esse partido foi discutido num jantar, anteontem, no restaurante Florentino. A mesa, os deputados Ricardo Filza (PFL-PE) e Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), mais o candidato derrotado do PFL ao governo de Pernambuco nas últimas eleições, José Múcio Monteiro.

"Tudo será feito devagar, dentro de um processo", garante um governador ligado a Sarney. E embora se esteja falando em novas medidas econômicas de combate ao déficit público e à inflação, o próprio ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, desmentiu a possibilidade, ainda na semana passada. Para ele, as medidas já foram adotadas (suspensão da URP para o funcionalismo, fim de subsídios, cortes de investimentos nacionais e estrangeiros; e ampla modernização da economia, marcada por redução substancial da presença do Estado em todos os setores e por uma revolução tecnológica do parque industrial).

No Planalto e ministérios econômicos, porém, fala-se em combate sistemático e firme à inflação; retomada dos investimentos nacionais e estrangeiros; e ampla modernização da economia, marcada por redução substancial da presença do Estado em todos os setores e por uma revolução tecnológica do parque industrial.



O sorriso de Sarney: o fim produtivo de um dia duro.

"Deram-me a confiança de governar até 1990"

"A realidade deste instante é a de que a Assembleia Nacional Constituinte deu-me a confiança de governar o País até 1990", disse o presidente Sarney no seu pronunciamento, às 18h45 de ontem, no salão de despachos no Palácio do Planalto. Durou cerca de cinco minutos — e o presidente estava tranquilo e feliz.

Aqui, a íntegra do pronunciamento: "Eu não tenho muita coisa a dizer. Acho que quem governa, governa com realidades. A realidade deste instante é a de que a Assembleia Nacional Constituinte deu-me a confiança de governar o País até 1990. Eu recebo, eu aceito e respeito a decisão da Assembleia com o mesmo senso de dever com que assumi a Presidência da República e venho exercendo o meu cargo.

Nos temos pela frente duas tarefas gigantes. A primeira delas é concluir a transição democrática, que é a tarefa mais importante e histórica para este país, consolidar a democracia. A Constituição não é um fim em si mesma. Ela precisa ser viabilizada. Para isso temos que ainda percorrer os caminhos das leis complementares e adaptar as constituições estaduais. Temos que fazer eleição presidencial no próximo ano num clima de paz, num clima de liberdade democrática, sem qualquer risco, para que eu possa entregar ao meu sucessor um País sem os momentos dramáticos que eu tive que passar. O setor da economia é outra tarefa gigantesca, a de reintegrar o País dentro da

sua linha histórica de crescimento, manter o desenvolvimento econômico, evitar a recessão, reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional, fazer uma reforma profunda, concluir as reformas profundas que o País necessita no setor, modernizar seu modelo econômico. Nós chegamos ao fim do modelo da substituição de importações. Nós temos um caminho novo a percorrer que é o de preparar as estruturas nacionais para o grande desafio do século 21. Temos aí um mundo novo aberto, que é o mundo da ciência e da tecnologia. E nós temos que nos preparar para enfrentá-lo.

Finalmente, eu devo dizer que esta decisão da Assembleia Nacional Constituinte para mim ela não é um divisor de águas. Ao contrário, ela é um espaço para a solidariedade nacional, para a ampliação das áreas de consenso, a fim de que todos nós possamos dar uma contribuição para resolver os grandes desafios que o País tem pela frente. Portanto, é este o meu sentimento, que é um sentimento de humildade e ao mesmo tempo um sentimento de confiança no nosso país. Vou exercer o mandato agora com maior responsabilidade ainda, que é o da confiança que a Assembleia Nacional Constituinte acaba de me dar, entregando-me a obrigação de concluir a transição democrática como estou fazendo, com grandes dificuldades, mas sem perder a esperança e com a certeza de que nós vamos chegar, sem dúvida, a um bom porto. Muito obrigado".

"Estou com saudades do João"

"Estou com saudades do João. Naquela época, pelo menos não havia retaliação contra os governadores de oposição e o Congresso derrubava decretos sem essa pressão escabrosa de hoje." A nostalgia, em tom de mágoa, do senador Fernando Henrique Cardoso (foto), líder do PMDB, veio acompanhada ontem de sombrias previsões.



"O governo deveria aproveitar os cinco...

anos para promover uma união nacional. Mas não vai acontecer nada disso. Eles vão continuar cozinhando em banho-maria", disse. Mas haverá reação, na opinião do senador: "O governo que se prepare, porque a oposição agora não virá apenas da esquerda ideológica. A oposição agora virá dos seus próprios círculos, ou seja, do centro".

Além do mandato, Sarney também ganhou uma aposta.

William Waack, nosso enviado especial.

Por alguns instantes, José Sarney quase foi presidente por seis anos. No meio da tarde, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, telefonou-lhe e disse que o Centrão iria partir para a votação de um mandato de seis anos. "Eles estão complicando demais", disse.

"Não, não faça isso", replicou Sarney. "Vote a emenda dos cinco anos. Foi esse o compromisso".

O presidente foi a seguir para diante da televisão. Acompanhou a votação em silêncio, ao lado do ministro-chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes. Depois, sorridente, foi ao telefone. Falou com a mãe, com a mulher e com o escritor Jorge Amado, em Paris. Havia terminado a Constituinte.

Foi o último grande espetáculo da Assembleia Nacional, mas sobre em clima e durante algumas horas dependendo de um acontecimento macabro. Se a morte do Senador Virgílio Távora, internado com Câncer em São Paulo, fosse anunciada durante a última sessão de votação, ela teria sido suspensa e o mandato de Sarney só seria definido provavelmente daqui a semanas.

bras de seus quase ex-companheiros de partido, o título de Senhor Diretas. A tática de obstrução era a mais transparente possível e tinha como único objetivo causar problemas para os deputados do Centrão — muitos deles com voto marcado ontem de tarde para casa —, além, como dizia o senador Fernando Henrique Cardoso, de "marcar alguma posição". Os deputados se esmeravam em discursos extra-longos, respondiam a qualquer provocação e atingiram o auge da operação-tartaruga quando decidiram que só se utilizariam de um dos três postos de votação avulsos, à disposição do plenário.

Foi o único momento em que Ulysses Guimarães, os olhos quase sempre postos no vazio, mostrou alguma emoção. Ficou vermelho, as veias do pescoço muito salientes, quando um dos deputados disse aos berros que aquilo, a proteção da votação, "era uma molecagem". "Me respeite e respeite-se como constituinte", respondeu Ulysses.

Conscientes de que não teriam mais artifícios regimentais para prorrogar ainda mais a votação, vários deputados admitiram publicamente que apenas a morte de Virgílio Távora poderia ajudá-los. Nas conversas de grupinho surgiam piadas — impúblicas — de humor negro, até que o senador Humberto Lucena, saindo de seu gabinete, anunciou que uma transfusão de sangue tinha salvo Virgílio. Depois da votação, corria o boato de que o senador já estava morto desde as 14 horas.

Reinava mais cansaço e vontade de ver tudo acabado do que propriamente a tensão que precede um grande acontecimento, quando Ulysses finalmente encaminhou a votação.

Os oradores contra e a favor dos cinco anos foram especialmente ruins e desinteressantes — mas ninguém, de qualquer maneira, presta atenção no plenário, quase todo de pé e com uma massa de parlamentares agrupados diante da mesa.

"Bom, acho que agora ocorreu realmente o divisor de águas", disse Mário Covas, o senador líder da esquerda, quando o painel eletrônico mostrou o resultado favorável aos cinco anos para Sarney.

O deputado Afif Domingos esforçava-se em tentar provar a alguns esquerdistas que sua recusa em aprovar dispositivos que permitam a revisão de preceitos constitucionais significava, na verdade, uma posição extremamente conservadora.

"Ninguém entendeu que burrice obtidas através de maioria simples agora só poderão ser corrigidas com maioria de pelo menos sessenta por cento", explicou.

José Serra exibiu aos colegas uma lista de quase duas páginas que ele mesmo passara a tarde toda fazendo, enquanto deputados tratavam de prolongar ao máximo o pinga-fogo. Eram as distorções da emenda do Centrão para as disposições transitórias. "Um absurdo horrível, que compromete a Constituição em alguns aspectos fundamentais e tem de ser corrigido não sei como", disse.

Se não é a fusão de emendas...

Numa tumultuada sessão, marcada por táticas obstrucionistas que a fizeram estender-se das 9 às 18h30, a Constituinte aprovou ontem por 328 votos contra 222 e três abstenções a fusão de emendas que fixa em cinco anos o mandato do presidente Sarney. Essa fusão de emendas foi a forma encontrada pelo Centrão para, além de ter de cumprir o regimento interno da Constituinte, já que a emenda Matheus Iensen não poderia ser votada separadamente, driblar a oposição, que de todas as formas tentava adiar a votação.

As lideranças quatroanistas haviam descoberto que a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-RS), dos cinco anos, era aditiva, porque não tinha o que modificaria no texto do Centrão aprovado na véspera (o texto omitira a questão do mandato presidencial por não haver no grupo unanimidade em torno do assunto) e, portanto, só poderia ser votada no final do capítulo das Disposições Transitórias, de acordo com o regimento interno da Constituinte, que dá preferência às emendas substitutivas.

A partir disso, o que se viu ontem em Brasília foi uma tentativa desesperada do Centrão para conseguir uma fórmula que superasse o impasse, já que no seu texto não havia matéria correlata ao mandato do presidente Sarney, só referência a mandatos de governadores e prefeitos. A saída encontrada foi utilizar todas as emendas existentes, o que acabou acontecendo, com as emendas dos deputados Basílio Vilani (PMDB-PR) e Bonifácio Andrada (PDS-MG), mas suprimindo a referência a mandatos de prefeitos, por ser matéria polêmica e que deverá ser votada mais adiante, numa emenda que propõe o adiamento das eleições municipais este ano.

O texto aprovado ficou assim: "O mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1990; a primeira eleição para presidente da República após a promulgação desta Constituição realizará-se a no dia 15 de novembro de 1989; os mandatos dos governadores e dos vice-governadores eleitos em 15 de novembro de 1986 terminarão em 15 de março de 1991".

Desde o início da votação de ontem (havia duas emendas na frente da votação do mandato), a oposição usou todos os tipos de artimanha para tentar adiar a sessão mais uma vez. A todo momento surgiam questões de ordem. O tempo normal da sessão estava quase terminando (às 13 horas) quando o líder do PFL, José Lourenço, pediu prorrogação por uma hora e meia. O deputado Aldo Arantes ironizava: "Estamos aqui desde as 9 horas, não temos obrigação de ficar além do tempo porque ali seus preguiçosos estão com pressa, com seus jatinhos esperando no aeroporto". A votação era lenta, porque grande parte da bancada quatroanista deixou de votar nas bancadas e fez longa fila para apertar os botões dos quatro postos avulsos. Diante das insistentes reclamações, Ulysses pediu para que fossem "razoáveis", e pouco depois, informando já ter sido esgotada a capacidade daqueles postos, encerrou a votação. A sessão estava prorrogada.

Quando a reabriu, José Genofino (PT-SP) exigiu e conseguiu os 30 minutos regimentais para o chamado "pinga-fogo" (pequenos discursos). Feres Nader (PTB-RJ) anunciou que, "por questão de consciência, aprovava os cinco anos". Recebeu muitos aplausos do setor do Centrão. Mas Brandão Monteiro foi à tribuna e revelou qual era a "questão de consciência": um irmão de Feres Nader, segundo ele, acabara de ser nomeado diretor de Patrimônio da Usina de Volta Redonda, em lugar de alguém ligado ao senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

Ulysses finalmente, às 17 horas, anunciou a votação da emenda do mandato. Mário Covas e Brandão Monteiro leram até decisões anteriores de Ulysses para alegar que aquela fusão de emendas não podia ser feita e que a emenda Iensen era aditiva. Inútil.



Covas: "Cometeram uma loucura"

A derrota de ontem pode ser avaliada, em termos de frustração popular, à emenda das "diretas já", em 84. A opinião é do líder do PMDB, senador Mário Covas, que considerou "uma loucura" a votação. Abatido, dizia não crer que 150 peemedebistas votaram pelos 5 anos e 110 pelos 4.



Quercia: O governo vai mudar.

O governador Orestes Quercia (foto) previu ontem mudanças no governo federal em função da definição do mandato de Sarney. O PMDB, o PFL e outros partidos serão ouvidos para se fazer uma composição política necessária, disse, para atacar a crise.

Mailson: sem medidas espetaculares.

O mandato de 5 anos "não levará o presidente a tomar medidas espetaculares na área econômica". A opinião é do ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, que previu execução "gradual" do plano do presidente, com mais tempo para pôr ordem na economia.



Jânio: uma vitória acachapante.

A confirmação dos cinco anos foi uma "vitória acachapante", na opinião do prefeito Jânio Quadros: "Depois de três anos de governo, 106 votos a mais é uma consagração para um homem público".

Agora, Jânio está preocupado com as eleições municipais — e voltou a pregar o adiamento: "Essas eleições só favorecem radicais de esquerda".

OAB: "Deram as costas à Nação"

"O Congresso Constituinte afastou-se da cidadania e deu as costas à Nação. Todos os meios de aferição do pensamento do povo chegaram aos mesmos resultados: 90% das pessoas consultadas queriam votar para presidente em 88, pretendiam o fim da transição, aspiravam a única forma possível de ruptura pacífica..." opinião do presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos.